

**MULHER E VIOLÊNCIA:
DAS IMAGENS E DA REALIDADE NA LISBOA DE 1912**

*Maria Rita Lino Garnel**

O crescimento demográfico ao longo do século XIX, particularmente sentido nas cidades, sobretudo a partir das décadas finais de Oitocentos, suscitou discursos e respostas diversas. Confrontadas com um número crescente de migrantes, na sua maioria analfabetos e portadores de modelos de comportamento, linguagens e costumes próprios, os grupos dominantes cedo se aperceberam que teriam de intervir para as transformar. Confrontadas com a espontaneidade e a violência do seu modo de estar e que os Exames directos de sanidade relativos aos Crimes contra a Segurança das Pessoas, realizados na Morgue de Lisboa a partir de 1912, revelam, as elites médicas, literárias e jornalísticas elaboraram um discurso de normalização e normatização.

Perceber que imagem de mulher foi elaborada por essas elites e quais os meios de divulgação dessa representação feminina junto dos grupos populares é o âmbito desta comunicação, que tenta, também, aferir a interiorização desse modelo pela mulher.

Introdução

Ao longo do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX, a Europa conheceu um crescimento demográfico urbano sem precedentes. Portugal não foi excepção e as cidades de Lisboa e do Porto tornaram-se as destinatárias preferenciais de um número crescente de pessoas em busca de uma vida melhor. Lisboa e o seu distrito, entre 1900 e 1911, lideravam o crescimento; a velha urbe crescera 21%, contando com 440 mil habitantes nesta última data¹. A cidade via-se confrontada com uma

* Bolseira de doutoramento da FCT.

¹ "O Censo da população" in *O Século*, 32.º Anno, n.º 10864, 12-III-1912, p. 1.

multidão rural que acorria às cidades em procura de trabalho, analfabetos na sua grande maioria. Portadores de modelos culturais próprios, isto é, com comportamentos, linguagens, costumes, formas de sociabilidade, trajes e ritmos de trabalho diferentes, o choque entre as elites e estes grupos populares era inevitável. O discurso dominante, associando as *classes laboriosas* às *classes perigosas*, enunciado pela primeira vez em França em 1840², foi argumento que, ao longo de Oitocentos³, legitimou medidas que visavam a rápida aculturação destes grupos. Do ponto de vista daqueles que detinham o poder de enunciar a norma que devia reger o comportamento urbano, os novos habitantes teriam de se transformar, sob pena de comprometerem a própria sobrevivência das elites.

O objectivo deste artigo é ilustrar algumas das estratégias utilizadas pelos poderes para disciplinar gestos, uniformizar comportamentos, conter gestos e posturas dos grupos populares no seio dos quais, dizia-se, grassavam as doenças contagiosas (varíola, cólera e tifo, mas sobretudo a sífilis e a tuberculose), a violência, o crime, a prostituição, o alcoolismo e, argumento crescentemente usado, os sinais de uma degenerescência que, se deixada sem medidas, faria perigar o futuro da 'raça', quer se entendesse que esta era problema atávico e/ou hereditário, quer se entendesse que a causa se encontrava no meio social. O diagnóstico das elites urbanas assentava, pois, numa visão binária da sociedade, que, mais do que duas classes à maneira socialista, opunha duas 'raças' em luta⁴. Por um lado, a elite urbana, 'civilizada', grupo dominante também pelo poder de construir imagens e de as impôr e, por outro lado, os grupos populares, mais próximos da natureza, que ainda não teriam aprendido a soffrear os instintos. Não é que essa proximidade à natureza fosse em si mesma perversa. Pelo contrário, se deixada no seu meio próprio – o campo – a natureza dos rurais era celebrada pelas suas virtudes. A cidade laboriosa, lugar do mal e espaço da desordem, é que parecia corromper as qualidades naturais dos recém-chegados da província. Tratava-se, pois, de limitar os efeitos da aglomeração desordenada, anti-higiénica e viciosa da urbe.

A vitória da elite medir-se-ia pela sua capacidade de modificar o outro. As tecnologias desenvolvidas pelo poder nesta guerra surda foram

² H. A. Frégier, *Des Classes dangereuses de la population dans les grandes villes et des moyens de les rendre meilleures*, Bruxelles, Meline, Cans et C.ie, 1840.

³ Louis Chevalier, *Classes laborieuses et classes dangereuses*, Paris, Hachette, (1958) 1984.

⁴ Michel Foucault, «*Il faut défendre la société*», curso no Collège de France, 1976, Paris, Gallimard-Seuil, 1997.

diversas e não foram táticas menores os processos de vigilância, identificação e cadastração das populações⁵. A repressão policial dos comportamentos tidos por inadequados desempenharam papel maior em todo o processo. Mas não foram as únicas armas utilizadas. O papel da escola não poder ser menorizado – nem o da Igreja –, mas também não podem ser esquecidas outras formas de transformação, mais subtis e mais lentas, mas talvez por isso mesmo mais duradouras. E, dado que o aqui interessa é a mulher, tratou-se de destacar o discurso a ela destinado, discurso maioritariamente masculino.

Assim, este artigo pretende mostrar, por um lado, a violência feminina e sobre a mulher, na cidade de Lisboa, em 1912, a partir dos Exames directos, realizados na Morgue de Lisboa, relativos aos Crimes contra a Segurança das Pessoas (excluíram-se Homicídios e Crimes contra a Honestidade), mas também relevar alguns dos modos como se transformaram hábitos e comportamentos através da divulgação de um determinado modelo de mulher. Quer isto dizer, que coube papel de relevo ao discurso médico finissecular, que não hesitou em patologizar atitudes e vivências e em definir a mulher 'normal', passo essencial na aferição dos desvios. E, como o projecto da medicina social – o outro nome do higienismo – era totalizador⁶, visava-se, não só inculcar regras de higiene ou exigir a salubridade dos espaços mas, também, transformar comportamentos e inculcar regras morais que respeitassem a dimorfização sexual, assente, claro está, numa hierarquia que, com argumentos que se pretendiam científicos, colocava firmemente a mulher no 'seu lugar próprio'.

A força de tantas vozes simultâneas e concordantes, que no fundo retratavam uma forma de ser particular das elites, mede-se na capacidade que este discurso masculino teve em se fazer aceitar como universal⁷. As próprias mulheres, aquelas que, pertencendo às elites puderam fazer chegar até nós a sua voz, demonstram a extensão da interiorização do modelo. As mulheres pensaram-se (pensam-se?) a partir das categorias elaboradas pelo discurso dominante e assumiram, cordatamente, o seu papel subordinado⁸. As reivindicações feministas, com algumas excepções, mostram como, ao invocar o realismo das propostas ou investindo apenas em áreas que os homens mais esclarecidos definiam como priori-

⁵ *Idem*, *Vigiar e Punir. Nascimento da prisão*, Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

⁶ Miguel Bombarda, "A Biologia na vida social. Discurso inaugural do anno academico. 1900-1901" in *A Medicina Contemporanea. Hebdomadario de Sciencias Medicas*, XVIII Anno, n.º 46, 18-IX-1900, p. 385.

⁷ Pierre Bourdieu, *La Domination masculine*, Paris, Éditions du Seuil, 1998, p. 69.

⁸ *Idem*, *ibidem*, p. 122.

tárias para as mulheres, se continuavam a divulgar modelos de comportamento de subalternização. Mas o discurso feminista, discurso de elite, dificilmente chegaria a mulheres analfabetas, mais preocupadas com a sobrevivência diária do que com lutas que eram colocadas em termos que, seguramente, não compreendiam.

Assim, uma das preocupações que norteou esta investigação foi a tentativa de ultrapassar esta dificuldade. Que imagem de mulher chegaria aos grupos populares? Por que meios? E como aferir se foi eficaz esta imagem de mulher 'normal', prisioneira do seu corpo, condicionada pela sua biologia, transformada nos seus comportamentos e nos seus hábitos tradicionais que, insistentemente, se reproduziu? Numa palavra, como saber se a divulgação do modelo teve efeito ou, dito de outra forma, como medir o impacto dos discursos nas práticas?

As mulheres e a violência na Lisboa de 1912

Bastaria folhear as páginas dos jornais da Lisboa de 1912 para se perceber que a opinião pública, isto é, aquela que de facto lia jornais, não podia deixar de estar convicta de que a capital era local perigoso e violento. Os jornais destacavam epidemias e a insalubridade da capital e, a par, as páginas interiores recheavam-se de relatos de agressão, de cenas de facadas, de crimes passionais e de desordens nas vias públicas. O papel da imprensa no reforço da convicção de que se vivia uma época de violência sem precedentes era, então como hoje, iniludível. Assim se pediam e legitimavam medidas repressivas. E, no entanto, apesar das novas concepções de crime e delinquência, que ganharam forma a partir da década de 80 do século XIX, a criminalidade violenta contra as pessoas vinha diminuindo sistematicamente em Portugal⁹, ainda que as agressões pessoais continuassem a representar cerca de 95% da criminalidade. Os indicadores utilizados que sustentam esta afirmação dizem respeito às estatísticas judiciais, mas terá de se ter em conta que só uma ínfima parte das ocorrências, impossível de quantificar, chegava aos tribunais.

Passo intermédio no processo penal era o exame directo da vítima. Na capital, a partir de Outubro de 1911, os exames dos Crimes contra a Segurança das Pessoas ocorridos no distrito, começam a realizar-se na Morgue de Lisboa, futuro Instituto de Medicina Legal. Aqui se aferia se a violência denunciada tinha deixado marcas, quais, em que número, com que instrumento, com que gravidade e com que consequências, não se indicando, contudo, o motivo da agressão. No entanto, o cruzamento das

⁹ Maria João Vaz, *Crime e sociedade*, Oeiras, Celta, 1998, pp. 155-159.

informações colhidas com a leitura dos jornais ajuda, em alguns casos, a esclarecer as razões da violência.

Ora, no ano de 1912, os peritos examinaram 3043 pessoas – 2101 homens e 942 mulheres. O número total de casos não chega a representar 0,7% da população que habita a cidade. As mulheres examinadas, vítimas de violência, representam cerca de 31% do total dos casos. Se olharmos para os arguidos indicados nos processos verifica-se que 2164 eram homens e 469 mulheres (17,8% se tomarmos como referência o total dos arguidos conhecidos, 15,4% se tomarmos o total de casos examinados). Em 410 casos o processo não indica nem o nome, nem quaisquer outras indicações sobre o arguido que permitam, com segurança, determinar o sexo. Claro está, as examinadas não eram exclusivamente vítimas de homens. Em 357 casos (11,7%) foram vítimas de outras mulheres, o mesmo é dizer que 53 (1,7%) mulheres foram arguidas de casos de violência contra alguém do sexo oposto. Estes números pareciam continuar a confirmar uma das convicções dos criminologistas dos finais do século XIX: o crime era, evidentemente, coisa masculina. Retomar-se-á este ponto mais adiante.

Mas quem eram estas mulheres, vítimas ou arguidas, e que tipo de violência obrigava as primeiras a apresentarem-se ao exame pericial?

As examinadas na Morgue são na sua maioria solteiras, representando 58,7% (553), ainda que todos os estados civis estejam representados: 278 eram casadas (29,5%), 106 viúvas (11,2%) e 5 divorciadas (0,5%). Embora residual, o número de divorciadas não deixa de surpreender. A lei do divórcio era, em 1912, muito recente e muito contestada, pelo que a sua rápida adopção pelos grupos mais desfavorecidos da população resulta um tanto inesperada.

Das mulheres que se apresentaram ao exame da Morgue, 79,2% (746) eram analfabetas, percentagem bem superior à apresentada pelo Censo de 1911, que informa que em Lisboa, nesta data, apenas 49,5% das mulheres eram analfabetas¹⁰. Mas, evidentemente, estas mulheres que participam do mundo da violência em Lisboa não pertencem aos grupos que mais facilmente teriam acesso à instrução, isto é, o seu grupo não se encontrava diluído no apuramento do analfabetismo feminino concelhio. Só 185 afirmam saber ler e escrever, 2 dizem saber ler e escrever pouco e 9 apenas sabem ler. No conjunto, 20,8% destas mulheres têm alguma familiaridade com as letras, nem que seja por saberem “fazer o nome”.

De idades muito variáveis, os médicos da Morgue examinaram desde crianças de 1 ano até uma mulher de 91 anos de idade. No entanto, os grupos etários mais representados situam-se entre os 17 e os 40 anos.

¹⁰ Censo da População de Portugal. No 1.º de Dezembro de 1911, pp. 360-367.

Das arguidas não é possível saber muito: os processos para além de indicarem o seu nome e a profissão – quando o fazem – não informam muito mais. Nada se sabe do seu estado civil ou do seu grau de instrução e em 273 casos (de um total de 469 arguidas) não se indicou a idade. A arguida mais nova tinha 9 anos e a mais idosa 72; também neste grupo as idades mais frequentes se situam entre os 15 e os 44 anos de idade.

De profissões muito variadas, mas muito semelhantes entre si, nada parece distinguir as examinadas das arguidas. Nos dois grupos, as domésticas são a maioria (531 das vítimas representando 56,3%, 165 das arguidas que significam 35,1%); as meretrizes seguem-se-lhes, estando também bem representadas as peixeiras, as criadas de servir, as costureiras e as vendedeiras ambulantes. Na verdade, as ocupações femininas mais tradicionais – com óbvio peso para a profissão de ‘doméstica’ – e que implicavam presença quotidiana no espaço público são as que aparecem mais vezes mencionadas, não faltando, porém, operárias e fabricantas, coristas e actrizes, tocadoras de viola em feiras, taberneiras ou floristas. Mais raras são as menções às profissões de estudante ou professora ou a referência às categorias de proprietária ou comerciante. Se se quiser ter em conta os casos de agressão ou violência ocorridos entre mulheres verifica-se que são frequentes os conflitos que opõem a mesma profissão: domésticas entre si (85 casos), prostitutas contra prostitutas (24), querelas entre peixeiras (8) ou entre criadas de servir. Mas esta característica que nos faz ter em conta uma motivação profissional está longe de ser a regra. Os conflitos entre domésticas e vendedeiras (de pescado, de hortaliça, de fruta, de castanhas, etc.), em número de 29, são, igualmente, frequentes. No fundo, as categorias profissionais mencionadas ajudam a compreender uma característica importante da vida popular lisboeta dos inícios do século XX: a violência raramente é anónima. Mais, há todas as razões para sublinhar, como já foi apontado diversas vezes¹¹, o papel positivo que a agressão tem no regulamento dos diferendos comunitários. Isto é, mais do que nos dar conta de uma violência aleatória, sem rosto e sem motivo, os casos da Morgue de Lisboa falam-nos da construção da sociabilidade que, nos quadros, da rua, da vila ou pátio, ou até mesmo do bairro, pelas palavras e gestos, mesmo se por vezes muito violentos, constroem e recompõem relações de poder, fortalecendo os laços da comunidade por detrás de amores e desafectos. Basta lembrar como a

¹¹ Vejam-se: João Fatela, *O Sangue e a rua. Elementos para uma antropologia da violência em Portugal (1926-1946)*, Lisboa, Dom Quixote, 1989, p.18; Irene Vaquinhas, *Violência, Justiça e Sociedade Rural. Os Campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*, 2.º vol., Coimbra, Faculdade de Letras, 1990, pp. 281-284.

intervenção policial numa contenda rapidamente provocava a união dos agressores contra o representante da ordem para percebermos que a luta, longe de separar irremediavelmente, irmanava contra o estranho¹².

A tipologia da agressão também nos diz que há pouco de premeditado. Na sua maioria, os casos parecem contar uma história de um ímpeto, de uma zanga súbita, de objectos que estão ao alcance imediato da mão e que, num impulso, são arremessados. Espontaneidade que reforçava a convicção de que o 'povo', tal como os selvagens¹³, as mulheres ou as crianças, seria incapaz de auto-controlo. Parte das vítimas foram agredidas com socos (88), bofetadas (65), pontapés, ou com pedras (31) – para não falar nos casos de atropelamento por bicicleta ou automóvel que iam aumentando – sendo certo que, também, não faltaram as facadas (42). Mais frequentes, contudo, foram os casos em que se utilizou o que estava mais à mão: a chinela ou o tamanco, o banco, o copo ou a garrafa, o manjerico, a carta de alfinetes, a bilha de barro, o tinteiro e o carimbo. Nos casos de agressão entre mulheres a tipologia não parece diferir grandemente. Os socos, as unhas, as bofetadas, as pauladas e as facadas são tipologias presentes na agressão feminina, mas também os objectos de uso quotidiano, os mais variados, eram usados nas refregas: o guarda-chuva, a panela e a bilha, as chaves, o assador de castanhas, o alguidar, o sapato e o pau de vassoura.

Não se pense, porém, que se quer minimizar a gravidade das agressões, embora os peritos raras vezes tenham dado a examinada por impossibilitada para o trabalho. Só em 63 casos o fizeram, o que apenas representa 6,6%. Uma sensibilidade diferente à dor, a necessidade de continuar a trabalhar por não haver seguro social compensatório podiam levar a minimizar as queixas e ajudar a explicar o veredicto pericial. Sobretudo haverá que ter em conta que os peritos deviam ajuizar se a parte do corpo ou órgão evidenciava lesões que pudessem impedir o gesto exigido pelo trabalho; isto é, os médicos-legistas adoptam um olhar que se poderia classificar de funcionalista.

Que os ferimentos podiam ser graves e extensos é indesmentível. Se tomarmos apenas os casos entre mulheres verifica-se que as agressões dirigidas à face representaram 39,2% das lesões examinadas pelos peritos, seguido pelos ferimentos nos ombros e braços (14,5%) e na cabeça

¹² A título de exemplo veja-se "Intrigas no pátio", *O Seculo*, 32.º Anno, n.º 10940, 27-V-1912, p. 3.

¹³ Para a semelhança da imagem do selvagem com a criança veja-se Gustav Jahoda, *Images of savages. Ancient roots of modern prejudice in western culture*, London and New York, Routledge, 1999.

(12,3%). No entanto, 24,9% das mulheres examinadas não apresentavam vestígios de agressão. Ou porque a agressão tinha sido leve e não deixara marcas, ou porque a vítima levada pelo desejo de vingança, sujeitava-se ao exame, mas metia a agressora 'em trabalhos'. A continuação do processo penal, ainda que não chegasse a tribunal, prolongaria os contactos com a polícia, esse outro receado e temido que nas ruas impunha a ordem, passava multas e levava presos para a esquadra.

Sabendo a proveniência e a profissão destas examinadas, o seu analfabetismo, as agressões de que eram vítimas, as armas utilizadas, não haveria grandes dúvidas em as perceber como fazendo parte, elas também, do mundo da delinquência. Se hoje eram vítimas, amanhã seriam elas as agressoras. Esta ideia era reforçada pela referência ao cadastro da vítima – informação que, em rigor, não interessaria ao exame médico. E mesmo que a grande maioria o não tivesse (87%), 120 mulheres referiram já terem sido presas ou multadas por transgressão: desordens, embriaguês, ofensas à moral, desobediência à autoridade, furto. Algumas eram mesmo velhas conhecidas da polícia. Uma já tinha sido presa 47 vezes, outra 28, outra ainda tantas vezes que não se recordava do número das infracções cometidas. Informações que, por certo, reforçariam a convicção de que muito pouco separaria a vítima da arguida e que só medidas enérgicas poderiam repôr a ordem neste caos em que a cidade vivia.

O discurso médico: da mulher normal e da cidade

Ora, a partir das observações feitas na Morgue de Lisboa poder-se-iam inferir pelo menos duas coisas que confirmavam o saber médico comum. Em primeiro lugar, que a violência dizia respeito aos grupos populares. Exceptuando os casos de atropelamento por automóvel, não aparecem senão a título excepcional vítimas ou arguidos de outros estratos sociais. A sub-representação de grupos intermédios, que teria de ser melhor investigada, pode ter várias explicações: ou possuíam já comportamentos mais 'civilizados', de maior contenção de gestos e menor recurso à violência física, ou a agressão escondia-se e escapava às autoridades, que só solicitadas teriam invadido o recato do lar. Isto é, estes grupos habitavam espaços que claramente permitiam a demarcação do privado e do público. As habitações populares, pela sua exiguidade, pela falta de condições, implicavam, por seu lado, que a rua continuasse a ser o que tradicionalmente sempre fora: prolongamento da habitação. Muitas actividades domésticas tinham lugar na rua (lavar e secar a roupa ou cozinhar), que também era sítio de brincadeiras e local de sociabilidade, lugar dos conflitos e da sua resolução agressiva. Por isso, as autoridades

que viam a rua, em primeiro lugar, como via de circulação, intervinham e impunham a ordem, regulamentando comportamentos e disciplinando excessos. Os polícias, presença que se ia tornando habitual nas ruas dos bairros populares, interferiam, com frequência, no quotidiano apesar da contestação popular.

Em segundo lugar, os casos que envolviam mulheres, ou em que as arguidas eram do sexo feminino, eram tanto mais chocantes, quanto mais se afastavam do modelo de normalidade feminina elaborado ao longo do século XIX. É que, como atrás se disse, a delinquência e o comportamento violento eram predominantemente masculinos, questão que, desde a década de 80 desse século, tinha suscitado explicações diversas.

Recorde-se que o pensamento médico, ao longo de Oitocentos, entendeu que as diferenças entre o normal e o patológico assentavam em duas ideias interligadas: por um lado, a crença de que todo o estado patológico teria correspondência na fisiologia; por outro, de que não havia, verdadeiramente, uma diferença qualitativa entre um estado normal e um estado patológico; os que os separava era da ordem quantitativa¹⁴. O estabelecimento do estado normal dependeria, pois, de uma apreciação estatística (ainda que impressionística): o mais corrente, o mais vulgar, seria o normal. Se no campo propriamente médico as alterações fisiológicas podiam ser acompanhadas de sintomas vários e/ou mal-estar que indiciavam a manifestação da patologia, no que dizia respeito ao comportamento social ou moral, o estabelecimento da normalidade dependeu apenas de uma coisa: fixou-se como referente aquilo que era próprio das elites e patologizaram-se as diferenças, entendidas como ameaçadoras da sobrevivência dos grupos dominantes. Se determinados hábitos eram próprios dos grupos mais favorecidos, esses hábitos passaram a ser o critério perante o qual se aferiam os desvios. E como se acreditava que toda a patologia se revelaria numa fisiologia alterada, procuraram-se os signos fisiológicos que poderiam indiciar comportamentos perigosos ou meramente desviantes. Daí, também, o esforço da antropometria que avidamente buscava nos sinais exteriores as indicações deixadas pela natureza.

Na segunda metade do século XIX, a naturalização dos comportamentos foi tendência maior da medicina e da criminologia, ainda que, por influência da sociologia francesa finissecular, o naturalismo totalitário das explicações começasse a ser questionado. No entanto, no que dizia respeito ao entendimento da mulher e do seu comportamento pouco mudava. A natureza feminina, por ser portadora de diferenças anatómicas substan-

¹⁴ Georges Canguilhem, *Le Normal et le pathologique*, Paris, P.U.F., 1972, pp. 24-26.

ciais, confirmaria o percurso da evolução. A dimorfização sexual acentuada das sociedades ocidentais não poderia deixar de ser prova de maior civilização. Questioná-la, implicaria a masculinização da mulher e a correlata feminização do homem. Podia tal caminho ser desejável?

Apelando-se às autoridades científicas – Darwin, porque cometia à fêmea um papel passivo na selecção sexual; Haeckel com a sua teoria da recapitulação porque fundamentava a menoridade da mulher (menor peso, menor estatura são provas de infantilidade); Spencer porque defendia que as energias disponíveis no organismo feminino eram canalizadas para as tarefas de reprodução, impedindo o desenvolvimento de outras áreas (nomeadamente do sentido moral e da inteligência) – legitimava-se o lugar subalterno da mulher na sociedade e minimizavam-se os esforços daqueles, ou daquelas, que, timidamente, iam lutando pela emancipação feminina. Em vésperas da implantação da República, ainda o médico Jaime Almeida¹⁵ sustentava que caberia à medicina resolver o lugar da mulher na sociedade, pois só esta ciência poderia ilustrar os princípios orgânicos e psico-fisiológicos que, fatalmente, a condicionavam. Continuou-se, pois, a entender que as diferenças biológicas eram indicadoras de finalidades diversas, isto é, dos diferentes papéis sociais que cada sexo deveria desempenhar. Ao homem a luta, pela sobrevivência, pela selecção sexual, pelo trabalho; os maiores níveis de agressividade e delinquência não seriam, pois, de espantar. A sua maior força física, maior estatura, musculatura mais desenvolvida e maior inteligência – logo, maior capacidade de planeamento – eram sinais de uma natureza mais predisposta à violência e ao crime. As mulheres, cuja natureza as envolvia tão profunda e desgastantemente na reprodução, a sua menor estatura e peso, sintomas de um papel social mais cordato: maior envolvimento com as tarefas domésticas, menos capacidade criadora, menor agressividade, menor inteligência. Fragilidades, em suma, que justificavam o seu papel subordinado. Velhos argumentos que recebiam agora a caução científica¹⁶. A menor propensão à delinquência violenta do sexo feminino era, pois, natural. De facto, ela era, sobretudo, prova do poder masculino: as mulheres comportavam-se e pensavam-se através dos códigos dominantes. A interiorização das condutas adequadas, longo trabalho de gerações, individualmente começado na mais tenra infância, acabava por determinar uma passividade, uma aptidão para a resignação, um domínio do corpo e uma contenção de gestos que não permitia facilmente a infracção.

¹⁵ Jaime Almeida, *A Questão feminista*, Porto, Livraria Portuguesa Editora, 1909.

¹⁶ Nancy Tuana, *The Less noble sex. Scientific, religious and philosophical conceptions of women's nature*, Indiana, Indiana University Press, 1993.

Legitimava-se, assim, com a ajuda da ciência os diferentes papéis de gênero da sociedade.

Não é que a mulher não fosse capaz ou não praticasse crimes. Mas estes pareciam ter uma motivação especial: por ciúme ou por vergonha, o infanticídio, o aborto e o homicídio por envenenamento, apareciam como crimes e métodos femininos, preconceitos que os Códigos Penais incorporaram¹⁷. A criminalidade da mulher, de um modo ou outro, parecia estar sempre ligada à sexualidade, núcleo fundamental da definição da identidade feminina.

A medicina, sobretudo na sua vertente de Medicina Social, se por um lado assumia que uma estrutura binária dividia a sociedade, entre 'civilizados' e grupos perigosos que necessitavam ser transformados, ajudou a legitimar uma outra divisão: homens e mulheres, hierarquizados nas suas funções e com desempenhos distintos. E, se se juntar a proveniência popular à pertença ao sexo feminino, facilmente se compreenderá que a tarefa de adestramento era, do ponto de vista das elites, duplamente necessária. Ora, a observação das mulheres examinadas na Morgue de Lisboa conduzia inevitavelmente a uma conclusão: a normalidade feminina não era, apesar de tudo, unívoca. O comportamento destas mulheres, os seus hábitos e linguagem, a agressividade pronta que as caracterizava eram sintomas de uma vivência desregrada, efeitos da vida urbana que, pela acumulação de gentes e pela falta de condições adequadas, influía negativamente numa natureza rural originariamente espontânea mas bondosa.

Não surpreende, por isso, a insistência em definir os problemas suscitados pela cidade. O rápido crescimento conduziu a graves carências de infra-estruturas, de abastecimento e de habitação. A mulher teria de ser um dos agentes da transformação na esfera que lhe era própria: a doméstica. Como se sustentava nas páginas da *Medicina Contemporânea*¹⁸, em 1900, a fraqueza mental e inferioridade femininas eram afinal a indicação de que à mulher cabia um único e exclusivo papel: o de ser mãe. Mas ser mãe, na cidade onde campeavam livremente doenças infecciosas e epidemias, exigia cuidados e vigilância especiais.

Em primeiro lugar com o casamento, ou melhor com a escolha dos parceiros. Se é verdade que em Portugal nunca se advogaram severas medidas eugenistas, também não é menos verdade que houve um dis-

¹⁷ Teresa Beza, *A Mulher no Direito Penal*, Cadernos da Comissão Feminina, n.º 19, Lisboa, Comissão da Condição Feminina, 1984.

¹⁸ "A inferioridade da mulher" in *A Medicina Contemporânea. Hebdomadario Portuguez de Sciencias Medicas*, XVIII Anno, n.º 30, 29-VII-1900, p. 248.

curso médico sobre as medidas a tomar para evitar a ‘degenerescência da raça’¹⁹. Recomendavam-se cautelas particulares com a história familiar dos nubentes²⁰, dado que o alcoolismo²¹, a loucura, a epilepsia, a sífilis²² ou a tuberculose eram doenças hereditárias que poriam em causa a saúde dos descendentes. Daí também as medidas sanitárias que se iam tomando no controlo da prostituição²³, considerada responsável maior na propagação das doenças venéreas.

Em segundo lugar, exigiam-se leis especiais que protegessem a gravidez e a maternidade. As mulheres grávidas pobres deviam ter protecção especial, isto é, a legislação laboral deveria ter em conta o seu estado e era urgente a organização de maternidades e sanatórios de gravidez²⁴. A insistência no aleitamento materno, se era discurso que se dirigia particularmente às mulheres que podiam pagar os serviços de uma ama, com a escolha da qual todos os cuidados eram poucos, também visava aquelas que, tendo de trabalhar, deviam poder ter ao seu dispôr creches e lactários, higiénicos e bem organizados²⁵.

Em terceiro lugar com a alimentação, questão que evidentemente se prendia com os salários. A carestia dos alimentos é vista como uma das principais causas da propagação da tuberculose²⁶. Mas não passaram despercebidos ao olhar médico as falsificações dos géneros alimentícios, particularmente do leite²⁷, ou a falta de higiene no fabrico e distribuição do pão.

¹⁹ Miguel Bombarda, “Degenerescencia da raça”, *ibidem*, XVIII Anno, n.º 27, 8-VII-1900, p. 217.

²⁰ Alberto Manitto Carrasco Guerra, *Perigos do Casamento*, Lisboa, Livraria Maia, 1908.

²¹ Aníbal do Couto Nogueira, *O Abuso do alcool*, Lisboa, Imprensa Libanio da Silva, 1908; Aires Guilherme Tavares, *Alcoolismo*, Lisboa, Typographia Belemnense, 1908.

²² João Baptista Frazão, *Prostituição e contagio venereo*, Lisboa, Typographia Minerva Central, 1901; José Nunes Tierno da Silva, *Syphilis*, Lisboa, Typographia Minerva Central, 1906; Francisco Henriques de Avelar, *Higiene e prophylaxia individual da sífilis*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1909.

²³ João Baptista Frazão, *Prostituição e contagio venereo*, Lisboa, Typographia Minerva Central, 1901.

²⁴ Adelaide Cabette, *A Protecção às mulheres grávidas pobres como meio de promover o desenvolvimento de novas gerações*, Lisboa, 1900.

²⁵ José Maria Rodrigues Garrana, *A Proposito do aleitamento materno*, Lisboa, A Liberal, 1908; Joaquim Nunes Claro, *Porque morrem as creanças (as crèches industriaes)*, Lisboa, Minerva do Commercio, 1906.

²⁶ J. Corrêa Guedes, *Um Aspecto da Questão Social na etiologia da tuberculose*, Lisboa, Ateliers Graphicos B. Nogueira, Sucessor, 1908.

²⁷ Domingos António Lopes, *O Leite*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1904.

Por último, a limpeza das habitações e da cidade. A falta da higiene das habitações, dos pátios e das vilas, foi insistentemente apontada²⁸. A insalubridade de certos bairros da cidade era em tudo semelhante à das habitações populares²⁹. E de tal modo parecia grave a situação da velha urbe que não faltaram as propostas mais radicais: o rasgamento do bairro de Alfama, por exemplo, seria medida essencial para a higiene da cidade. As vilas e pátios que aí abundavam só podiam contribuir para a disseminação de doenças físicas e morais³⁰. E, também aqui, o papel da mulher se tornava fundamental. Dado que muitas mulheres trabalhavam fora das suas casas e as suas habitações não tinham esgotos nem água corrente, não era de estranhar que faltassem as forças ao fim do dia para prover à higiene da habitação. Aí “a porcaria impera” como lembrava o médico Corrêa Guedes, e as mulheres entretinham-se mais com a bisbilhotice das vizinhas do que com os arranjos domésticos. A educação das crianças, que deveria ser o seu primeiro cuidado, era deixada ao acaso; empurrados para as ruas, essas “legiões de crianças cloróticas, semi-nuas, ignorantes, esmolando desenvergonhadamente, vagueiam em repelente promiscuidade”.

Caberia, pois, à mulher um papel determinante na regeneração da ‘raça’ e na minimização dos efeitos perversos que a cidade causava. A medicina apenas lhe pedia uma coisa: que obedecesse à sua determinação biológica e aplicasse, na esfera que lhe era própria, os ditames higienistas.

O discurso feminino

A fundamentação biológica do discurso médico, caucionada pela argumentação de aparência científica e pelos nomes das grandes autoridades, era, evidentemente, profundamente a-histórica. Quer isto dizer, que inscrevendo na natureza feminina o papel social das mulheres, um certo tipo de conduta e os limites das suas aspirações, dizia-se, simultaneamente, da impossibilidade de qualquer alteração.

A modéstia das propostas do feminismo português dos inícios do século XX, que centrou as reivindicações nos direitos sociais (divórcio, administração de bens, autoridade sobre os filhos, autorização do marido para exercer profissão, comércio ou indústria, ou ainda, para publicar,

²⁸ *Inquérito aos pátios*.

²⁹ António de Mello e Lacerda Brederode, *Breves palavras sobre depuração urbana*, Lisboa, Typographia de J. F. Pinheiro, 1906.

³⁰ Miguel Bombarda, “O bairro de Alfama” in *A Medicina Contemporanea...*, XXI Anno, n.º 9, 1-III-1903, p. 68.

impossibilidade de testemunhar em tribunal, proibição de investigação da paternidade no caso de filho ilegítimo, etc.), acaba por dar conta das dificuldades em ultrapassar os valores dominantes, tanto mais que os grupos feministas só iam conseguindo audiência porque apareciam tutelados por grandes figuras do republicanismo³¹. E bastaria atentar nos estatutos da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas – órgão que estruturou as reivindicações das mulheres – para perceber que as mulheres, as mais feministas e ilustradas, se percebiam, prioritariamente, nas suas funções de mãe e esposa. Na verdade, o seu primeiro objectivo, era o de “orientar, educar e instruir nos princípios democráticos a mulher portuguesa, como mãe de família, esposa, filha, educadora (...)”³²; isto é, a identidade feminina continuava a definir-se, sobretudo, pelo seu papel biológico na reprodução. O próprio órgão de divulgação das feministas chamava-se sugestivamente *A Mulher e a Criança*, ainda que Ana de Castro Osório, figura cimeira do feminismo português, se insurgisse com a definição meramente reprodutora da mulher³³.

Não é que algumas das feministas portuguesas não estivessem conscientes das estratégias que as subalternizavam. A mesma autora não o esquece quando lembra às mulheres feministas que a dificuldade maior que enfrentariam era o hábito de cativo que tornava necessário “que seja o homem que lhe prove, que lhe não desagradará, mostrando francamente o que sente e pensa”³⁴, sem o que, grande parte das mulheres não se empenhariam na própria libertação. E muitas feministas dos inícios de Novecentos tentaram demonstrar que a mulher podia e devia ser entendida desligada da sua relação conjugal. O empenho no trabalho profissional dar-lhe-ia a desejada alforria; só que, o desenvolvimento das suas capacidades no mundo do trabalho pareciam ser encaradas como alternativa às funções materno-domésticas. Isto é, a mulher devia preparar-se para ser independente³⁵. Se ficasse solteira, não teria de depender de ninguém; se casasse e tivesse filhos, então a sua função social, a sua dedicação e a sua atenção deviam centrar-se no mundo doméstico.

³¹ Fernando Catroga, *A Militância laica e a descristianização da morte em Portugal (1865-1911)*, Viseu, 1995, pp. 237-8.

³² “Estatutos da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas” in *A Mulher e a Criança*, I Anno, n.º 1, Abril de 1909, p. 11.

³³ Ana de Castro e Osório, “Os nossos filhos, a Universidade de Coimbra e nós” in *A Mulher e a Criança*, I Anno, n.º 5, Agosto de 1909, p. 1.

³⁴ *Idem*, “Liga Republicana das Mulheres Portuguesas” in *A Mulher e a Criança*, I Anno, n.º 1, Abril de 1909, p. 1.

³⁵ *Idem*, *Às Mulheres Portuguesas*, Lisboa, Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso, 1905, p. 21.

Não cabe aqui refazer o pensamento feminista dos inícios do século XX. Basta recordar que a emergência destas vozes se deveu a uma estratégia cultural de transformação das mentalidades, liderada pelo movimento republicano, de forte pendor laico e cientificista, que marcou a agenda das mulheres que lutavam pela emancipação do seu sexo.

A literatura feminina deste período reflectiu, também, os mesmos limites. Virgínia de Castro e Almeida, no seu romance *Fé*, fazia dizer a uma das personagens principais que não era dado à mulher "ir contra corrente, ser a primeira a trilhar caminhos ainda não desbravados. É delicada de mais; qualquer coisa a quebra a suja e a murcha. Não pode ser feliz senão através da bondade"³⁶. E em extensa obra destinada à correcção social das mulheres de classe média³⁷ reafirmava a prioridade do lugar doméstico da mulher e sublinhava a importância de um recatado comportamento social, em que a contenção dos gestos e postura, um auto-controlo rígido e severo do corpo, se viam erigidos a critério de boa educação³⁸.

Nos romances desta autora, que visavam a educação de uma certa elite feminina, não estavam ausentes as figuras populares. E sinal de que o discurso médico começava a ser interiorizado exaltava-se a mulher do campo, "sensata, honrada, um modelo de ordem, de asseio, de economia"³⁹, fruto de gerações robustas de corpo e alma, não corrompidas, portanto, pela cidade e pela degenerescência; enquanto que, em oposição, outra personagem caracterizava-se pela sua antipatia e estupidez, atribuídas ao meio urbano e operário que a criara e que potenciara uma pesada hereditariedade: "A sua infância e a sua mocidade passaram-se entre gente viciosa e violenta, sem princípios. Filha de alcoólicos, tem essa má herança na alma atrofiada, no sangue empobrecido"⁴⁰. Em 1913, a mesma Virgínia de Castro e Almeida reafirmava a visão idílica da ruralidade, "onde os homens se conservam mais puros, menos deformados pela civilização (...); nos campos onde a saúde moral é mais robusta porque não a ataca o malefício das neuroses e a terra exige o esforço salutar dos músculos"⁴¹.

³⁶ Virgínia de Castro e Almeida, *Fé*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1911, pp. 268-9.

³⁷ *Idem*, *Como devo governar a minha casa* (modificação e adaptação de livro italiano), Lisboa, Livraria Classica Editora, 1906, pp. 447-449.

³⁸ Alain Corbin, "Le «sexe e deuil» et l'histoire des femmes au XIXe siècle" in *Le Temps, le désir et l'horreur*, Paris, Flammarion, 1998, p. 101.

³⁹ Virgínia de Castro e Almeida, *Fé...*, pp. 102-3.

⁴⁰ *Idem*, *ibidem*, p. 62.

⁴¹ *Idem*, *Coisas que eu penso*, Lisboa, Livraria Classica Editora, 1913, p. 34.

Note-se que o discurso desta elite feminina tinha poucas probabilidades de ter qualquer acolhimento junto dos meios populares e muito menos de chegar às mulheres dos grupos sociais mais desfavorecidos. Destinava-se, antes do mais, às mulheres que, já alfabetizadas e com meios suficientes para adquirir livros, dispunham ainda de ócio bastante para os ler. Assim sendo, terá que se colocar a questão: que discursos chegariam às mulheres das classes laboriosas, cujo comportamento parecia deixar tanto a desejar?

Discursos na imprensa

O romance-folhetim na imprensa operária

É conhecida a história da transformação da imprensa diária, no século XIX, pelo menos nas suas linhas gerais. Fenómeno que não se pode desligar do crescimento urbano, os jornais procuravam conquistar públicos cada vez mais alargados. A estratégia utilizada, que deve muito às inovações tecnológicas que foram permitindo o aumento das tiragens, assentou em grande parte na introdução do romance-folhetim no rodapé das folhas dos periódicos e no aumento do espaço consagrado ao noticiário do *fait-divers*⁴². Disputando entre si as atenções do público, as relações entre estes dois tipos de narrativa precisam ser melhor estudadas. Na verdade, o *fait-divers* corresponde a um relato romanceado do quotidiano real e tem muito do modo folhetinesco, ou se se quiser, o romance-folhetim vai buscar muitos dos seus temas a essa categoria particular de acontecimentos que retratam as paixões e a violência do dia-a-dia da cidade.

O romance-folhetim, criação francesa da primeira metade de Oitocentos, que literariamente se despreza, mas todos lêem, contribuiu para o continuado aumento dos leitores. Tendo como objectivo principal o entretenimento moralizador, o folhetim cria picos de interesse e torna-se arte máxima do *suspense*. Ciência do corte narrativo, deixa o público na expectativa do que se passará no próximo capítulo e assegura a compra do periódico no dia seguinte. Certos folhetins e certos autores visaram mais explicitamente a transformação política e social – casos de Victor Hugo e Eugène Sue – outros, pelo contrário, acentuaram romanescamente uma visão mais puramente aventureira – caso de Ponson du

⁴² Sobre os folhetins vejam-se por todos: Marlise Meyer, *Folhetim. Uma História*, S. Paulo, Companhia das Letras, 1996 e Ernesto Rodrigues, *Mágico folhetim. Literatura e jornalismo em Portugal*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998; também é útil a consulta de Tânia Rebelo Costa Serra, *Antologia do romance-folhetim (1839-1870)*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1997.

Terrail – ou até marcadamente conservadora – Dumas, Paul Féval – ou mesmo reaccionária. Mas todos se caracterizam por uma estereotipação das personagens de forma acentuadamente maniqueísta, contribuindo para a legitimação da ordem social e dos papéis de género: o herói masculino, nobre e vingador, a jovem, pura, honesta e vítima, os personagens malignos que no fim são castigados, os grandes mitos modernos da cidade devoradora.

Ora, a *Voz do Operário*, foi na Lisboa da viragem do século XIX para o século XX, o jornal de maior tiragem destinado aos grupos populares. Também este periódico não desdenhou lançar mão do folhetim na conquista de um público mais alargado. Destinado às elites operárias, isto é, aquelas que já sabiam ler, os folhetins da *Voz do Operário* seriam certamente lidos em voz alta e as histórias de vítimas e heróis recontadas no dia seguinte. Ora, um rápido relance, sobre o que nesta matéria a folha operária publicou, chega para perceber que foram escolhidos, maioritariamente, autores franceses: ao lado dos consagrados Victor Hugo, Émile Zola, Alexandre Dumas, outros, menos conhecidos, como A. Goulé e B. Gastineau, mereceram a honra dos rodapés deste jornal. Uma autora portuguesa, Caiel, pseudónimo de Alice Pestana, uma das mais eminentes escritoras feministas dos inícios do século XX, também se viu aí publicada.

No que à mulher diz respeito não há diferenças substanciais entre os autores: desde os erros de educação materna que explicam a gravidez indesejada⁴³, o engano da jovem do povo pelo corrompido filho de família, o amor da jovem pura que regenera o herói⁴⁴, a exaltação das qualidades domésticas da mulher casada⁴⁵, o valor do trabalho silencioso da mulher que depois de um dia na fábrica, se ocupa do arranjo da casa e ainda arranja tempo para costurar ao serão, a heroína que com desvelo trata o desconhecido ferido, ignorante de que é do seu destino que cuida⁴⁶, a jovem que prefere a morte à desonra⁴⁷, até à idealização, pela pena de Caiel⁴⁸, da mulher rural alegre, saudável e robusta que toma conta da casa, do campo e trata, ainda, de amamentar o filho da aristocrata que anémica, enfezada e neurótica, efeitos da vida urbana, não tem tempo nem energia para desempenhar os seus deveres. Legitimação,

⁴³ Alexandre Dumas, "O Capitão Paulo" in *A Voz do Operário*, 1914.

⁴⁴ Émile Zola, "Nantas", *ibidem*, 1913.

⁴⁵ *Idem*, "Felicidade", *ibidem*, 1913.

⁴⁶ Benjamim Gastineau, "Ricos e pobres", *ibidem*, 1905.

⁴⁷ Albert Goulé, "A Filha do supliciado. Romance trágico", *ibidem*, 1905.

⁴⁸ Caiel, "Philosophia da cidade", *ibidem*, 1913.

portanto, de uma ordem social estabelecida, profundamente conservadora no que à mulher diz respeito e reafirmação da ideia de que a cidade é o lugar de todas as corrupções.

A imagem e a publicidade

Se se quiser ter em conta o modo como o discurso das elites pode ter chegado aos grupos analfabetos terá de se ter em conta, também, o lugar da imagem na imprensa. Também neste campo faltam estudos mais sistemáticos. A edição de postais de propaganda higienista foi um dos meios utilizados pelo discurso médico. Mas bastará folhear um dos jornais mais lidos, na Lisboa de 1912, *O Seculo*, para perceber como a imagem foi usada na divulgação de um tipo de mulher, que se vestia de uma determinada forma e se comportava com gestos adequados⁴⁹, ou para nos darmos conta da sintonia entre as imagens e o discurso médico sobre a mulher. Na publicidade crescente aos remédios milagrosos são repetidas as ideias da fraqueza orgânica feminina: vítima da neurastenia⁵⁰, “uma senhora é um ente fisicamente fraco”⁵¹ informam-nos, que padece de determinadas doenças por razões da “delicadeza do seu temperamento e, sobretudo, das funções muito particulares do sexo feminino”⁵². Forma eufemística de dizer que o seu envolvimento nas tarefas da reprodução a tornavam ser menor e fraco que devia ser tomado sob a protecção da masculina ciência. Saber que, claro, também a ajudava a cumprir a vocação materna produzindo fortificantes milagrosos que punham a criança ao abrigo da doença⁵³.

A recepção do discurso

Não será difícil imaginar que a repetição, por tantos meios, das ideias de que a cidade actuava de forma nefasta sobre a natureza e de que à mulher cabia um certo e limitado papel – ainda que crucial na regeneração higiénica da cidade e da ‘raça’ – tenha tido sucesso.

Mas como medir a recepção dos discursos? Sem dúvida, o número e a tipologia dos casos presentes ao Instituto de Medicina Legal e aos tribunais podem servir para aferir, no tempo longo, a eficácia de uma repres-

⁴⁹ “Casa Mimoso”, *O Seculo*, 1-XI-1912, p. 4 e “Casa Brazil”, *ibidem*, p. 7.

⁵⁰ “A neurastenia”, *O Seculo*, 18-IX-1912, p. 4.

⁵¹ “Pílulas Pink”, *O Seculo*, 22-XI-1912, p. 4.

⁵² *Idem*, *ibidem*, 8-XI-1912, p. 4.

⁵³ “Que grande alegria” in *O Seculo*, 16-IX-1912, p. 6.

são que conduzia à transformação dos comportamentos. As estatísticas médico-sanitárias, o levantamento das obras de saneamento e infra-estruturas, as crescentes exigências feitas à arquitectura e ao urbanismo e a própria redução da taxa de analfabetismo são indicadores utilizáveis. As reivindicações femininas, as revistas a elas destinadas, os congressos, a legislação e a moda reflectem, também, como as elites alfabetizadas uniformizaram e normalizaram condutas, mesmo quando estas procuravam – e iam conseguindo – a emancipação das mulheres. Mas, se se quiser saber o modo como as mulheres dos grupos populares, nos inícios do século XX, interiorizaram o discurso e a forma como o utilizaram na sua estratégia de sobrevivência, deparamo-nos com algumas dificuldades. Analfabetas, não deixaram memórias escritas. O que delas se sabe é o que os grupos dominantes sobre elas escreveram. E, no entanto, dispomos de uma fonte muito rica de informação que não tem sido suficientemente explorada: os anúncios de jornal.

Conta o Marquês de Soveral, que uma tarde em Paris, farto do silêncio de Eça de Queirós que lia o *Diário de Notícias*, ao averiguar o que tanto o entretinha percebeu que eram os anúncios. Eça ter-lhe-á dito que estava a “ver Lisboa através do saguão”⁵⁴. A verdade é que se se quiser fazer a história dos quotidianos populares de Lisboa, os pedidos e ofertas de emprego fornecem-nos indicações preciosas, justamente do ponto de vista popular. Quer isto dizer que a leitura dos pedidos de emprego permitem elaborar um determinado perfil do que se pedia à mulher em busca de trabalho e medir o modo estratégico como esta respondia.

Não é este o momento de reflectir sobre os problemas que esta secção dos periódicos levanta ao ser transformada em fonte. Basta pensar que as mulheres analfabetas devem ter tido que pedir a alguém para lhes redigir o pedido, que provavelmente utilizavam fórmulas pré-definidas (por quem? Pelo jornal?) e que os meios económicos ao seu dispôr certamente ditariam a extensão do anúncio. Terá, também, de se ter em conta que uma percentagem, impossível de quantificar, das mulheres que participavam no mundo do trabalho pago, arranjava emprego, não através do jornal, mas pelos contactos que já possuía na cidade. A própria extensão da fonte levanta muitas questões.

Assim, a título meramente exploratório apenas se levantaram os dados referentes ao emprego feminino publicados no *Diário de Notícias* nos dias 1 e 5 de Março de 1912. Recolheram-se 438 anúncios, 185 dos quais dizem respeito à procura e 253 à oferta. Desde logo se nota o desi-

⁵⁴ Archer de Lima, *O Marquês de Soveral e o seu tempo*, Lisboa, Livraria Universal, 1923, p. 39. Agradeço esta indicação a Maria Cecília Cameira.

quilíbrio e se percebe quanto a vida na cidade podia ser difícil para aquelas que não conheciam ninguém que lhes servisse de intermediário. Como facilmente se percebe, resultados mais significativos implicariam o tratamento de anos completos ou a construção de uma amostragem que, num tempo longo, permitisse detectar continuidades e rupturas.

No entanto e do ponto de vista do que aqui interessa – a recepção do discurso médico, sobre a mulher e sobre a cidade, pelas mulheres dos grupos mais desfavorecidos – os resultados muitíssimo parciais que se colheram permitem, desde já, o levantamento de algumas hipóteses interessantes. Em primeiro lugar, que o mundo do trabalho feminino é mais amplo e variado do que à primeira vista se poderia imaginar, o que a indicação das profissões das examinadas do Instituto de Medicina Legal também já indicava. As possibilidades parecem concentrar-se no serviço doméstico – sinal de uma interiorização do discurso – mas este campo não esgota as oportunidades de emprego⁵⁵. Seria interessante poder apurar o peso real de profissões como lojistas, empregadas de escritório, enfermeiras ou cabeleireiras que, nas datas consultadas, estão ausentes ou aparecem residualmente (as profissões de taberneira ou vendedeira, estabelecida na praça ou ambulante, não foram objecto de qualquer anúncio mas sabe-se que eram profissões exercidas, quer por homens, quer por mulheres). Não foram considerados os anúncios em que se diz aceitarem-se comensais para almoço ou para todas as refeições, ou o alugar de quartos, embora se possa admitir que tais empreendimentos eram, na verdade, da iniciativa e de gestão feminina.

Se agruparmos os anúncios recolhidos o que temos então? Do lado da procura pedem-se: 1 empregada de escritório, 1 enfermeira, 1 dama de companhia – a englobar no serviço doméstico? – 2 floristas, 2 professoras, 19 costureiras (10,2%) e 160 empregadas de serviço doméstico (86,5%). Do lado da oferta: 1 enfermeira, 4 professoras, 10 costureiras (4%), 12 damas de companhia (4,8%) e 226 serviçais (89,3%). Esta classificação levanta ela própria problemas: as professoras que se pedem ou oferecem são para casa particular em regime de internato. É verdade que não fariam serviços de limpeza ou cozinha, mas devem ou não ser consideradas como fazendo parte do emprego doméstico? O mesmo com as damas de companhia e até com grande parte das costureiras.

⁵⁵ Acerca do emprego feminino e do peso do serviço doméstico veja-se Virgínia do Rosário Baptista, *A mulher no mercado de trabalho em Portugal: representações e quotidianos (1890-1940)*, Lisboa, ONGs do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1999, em particular, as pp. 75-90.

O mundo das costureiras é, por seu lado, muito complexo. Desde a costureira que trabalha na casa de uma família, à que se emprega numa alfaiataria ou tem estabelecimento próprio há toda uma hierarquização destas profissionais. Assim, nos anúncios pediram-se: aprendiz de costureira, meia-costureira, costureira de alfaiate, costureira de calças, de corpos e modistas.

Também o serviço doméstico está longe de ser uniforme: pertencem-lhe a ama, a cozinheira, a governanta, a criada de fora, a criada de quartos ou de crianças e a criada para todo o serviço; esta última categoria profissional em franco crescimento, sinal do aumento de uma classe média, de pequenos funcionários ou pequenos comerciantes que se podem permitir uma serviçal. Pelas moradas fornecidas nos anúncios seria interessante determinar quais as zonas da cidade em que aumenta a procura desta última tipologia e deste modo mapear não só onde mas como a cidade cresce.

A desconfiança das classes laboriosas, que no ambiente doméstico se centrava nas criadas, levou Virgínia de Castro e Almeida a escrever que “os criados são gente como nós (...) mas é preciso não esquecer que a sua educação é elementaríssima ou nula, a sua sensibilidade imperfeita ou atrofiada pela influência hereditária de tantas gerações rudes quase bestiais e pela acção deprimente do meio em que se criaram. (...) gente de uma classe muito inferior à nossa, não só social como moralmente falando”⁵⁶. Cautela que se exprime na exigência de informações ou na garantia de que estas podem ser dadas: de facto, se apenas 49 anúncios que pedem criadas mencionam esta exigência, 79 das criadas em busca de casa afirmam ter quem responda por elas. O medo das criadas desconhecidas, universo que a polícia procurou regulamentar⁵⁷, exigia o desvanecimento de quaisquer receios. Estratégia bem utilizada pelas candidatas a emprego doméstico que por vezes reforçam as garantias dizendo que são ‘de confiança’ ou são ‘fiéis e sossegadas’. Quer isto dizer, que a saúde moral da casa e da família não estaria em perigo com a sua contratação, apesar

⁵⁶ Virgínia de Castro e Almeida, *Como devo governar a minha casa ...*, pp. 310-311.

⁵⁷ Desde a década de 90, do século XIX, que os empregados do serviço doméstico deviam estar inscritos no Governo Civil, que lhes passava um livrete onde anotava, entre outras coisas, o comportamento sanitário e moral e a residência do patrão. Era proibido manterem quarto alugado ou casa arrendada. Ao despedirem-se (ou ao serem despedidos) deviam, de imediato, informar o Governo Civil, que lhes actualizaria o livrete. O Governo Civil possuía um Livro onde registava as informações de cada criado ou criada. A título de exemplo consulte-se o *Regulamento policial dos serviços*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1921.

da sua proveniência 'perigosa'. O mesmo se quer significar quando se pede empregada de 'idade' ou de 'meia idade'. Por isso, também algumas das criadas que se oferecem não escondem já não ser novas: uma idade mais avançada parece garantir que os homens da casa não serão tentados e assegura que não haverá namoros ou mau comportamento que deslustre o bom nome da família. Isto é, a idade mais avançada que poderia corresponder a menor capacidade para o trabalho pode ser utilizada como um trunfo. As criadas em busca de emprego também mostram o seu bom perfil moral quando dizem querer 'casa capaz', 'casa respeitável' ou 'casa séria', como condições de trabalho. O discurso higienista também ecoa, quer do lado da procura, quer do lado da oferta, nas exigências (8) ou garantias (5) de asseio e saúde,

Mas, porque o discurso médico fazia emergir a cidade como lugar de todas as perversões, físicas e morais, percebe-se a preferência por alguém que ainda não estivesse corrompida pelo meio urbano. Por isso se pediram 7 vezes criadas 'chegadas da província', enquanto que 29 asseguravam ter acabado de chegar. E se dúvida houvesse de que a chegada recente à cidade podia funcionar como uma mais-valia num mercado tão competitivo, uma rapariga sublinhou a sua completa inocência dizendo 'chegada da província ontem'. Com apenas um dia em Lisboa não teria havido tempo para qualquer contaminação por doença ou vício. Mais garantias do que estas recém-chegadas ofereciam, só as fornecidas por aquelas duas que puderam afirmar que vinham 'chegadas da Serra da Estrela', lugar de saúde, bons ares e costumes são.

Conclusão

Sabemos, hoje, que os discursos das elites podem ser entendidos como fazendo parte das tecnologias de poder, sobretudo quando ganharam forma e força no interior de campos de saber. Quer isto dizer, que a medicina, ao longo de Oitocentos, se estruturou como ciência na luta com outros saberes – designadamente com o Direito – e se afirmou como poder na medida em que foi capaz de impôr uma norma disciplinadora. O ponto de aplicação deste poder foram os corpos individualizados que, doravante, tinham de obedecer a uma uniformização de gestos, posturas e comportamentos, sem o que, corriam o risco de serem etiquetados com o peso de uma anormalidade. Esta atitude disciplinar foi ganhando força ao longo do século, credibilizando a ciência médica que lhe tinha dado origem.

No final do século, o higienismo médico começa a conseguir impôr-se como forma de controlo, não só dos corpos individualizados, mas das

populações, isto é, procurando regulamentar os nascimentos, os casamentos, o modo como se vive, os locais de habitação, as regras higiénicas a que todos devem obedecer. E dado que ia conseguindo resultados visíveis no controlo epidemiológico e na melhoria das condições de vida, os outros poderes (Estado, juristas, architectos, engenheiros, urbanistas) foram crescentemente forçados a incorporar os ditames do saber médico.

Não surpreende, portanto, que as mulheres não tivessem grande escolha. Toda a sociedade oitocentista se estruturou em torno de uma divisão que as relegava a um lugar secundário, posição que a ciência ajudou a legitimar. Não se pense, no entanto, que a construção da identidade feminina, ao longo do século XIX, deixava aos homens campo livre: a identidade masculina, ainda tão pouco estudada, foi igualmente exigente e, também, cientificamente fundamentada.

Só pode, por isso, causar admiração as vozes daqueles e daquelas que, dentro de certos limites, conseguiram ultrapassar os constrangimentos poderosos das mensagens constantemente repetidas. O aparecimento, nos inícios da República, ainda que tímido, dos anúncios que abriam as portas a outras oportunidades de trabalho (recorde-se o pedido de uma empregada de escritório) e a outros papéis sociais femininos indicam que, apesar de todos os condicionalismos, começavam a mudar-se os tempos e as vontades.

Maria Rita Lino Garnel, Mestre em História Contemporânea pela Universidade de Coimbra. Prepara o doutoramento, com o apoio de uma bolsa da FCT, sobre "Mulheres, Poder e Violência na Lisboa da I República" sob a orientação do Doutor Fernando Catroga. No contexto desta investigação, tem-se preocupado com o pensamento científico, médico, antropológico e criminalístico dos finais do século XIX e inícios do século XX.